



Anais da Assembléia

N.88

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 72.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1986.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Antônio Belinati.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguo Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Emenda:

→ PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.121/86

O Parágrafo Único, do Art.74, da Constituição Estadual, fica acrescido da seguinte letra "C":

"Art.74 - O funcionário será aposentado:

I - ...

II - ...

III - ...

Parágrafo Único: no caso do item III, o prazo é reduzido:

a) ...

b) ...

c) a vinte e cinco anos para os funcionários que exerçam as funções de:

1 - médicos que trabalhem com Raio X, tuberculose e/ou lepra;

2 - bioquímicos;

3 - laboratoristas;

4 - atendentes de saúde em postos de doenças contagiosas, e

5 - dentistas que operem com Raio X."

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1986

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Apoiamento:

Anibal Khury, Irondi Pugliesi, Orlando Pessuti, Antônio Belinati, Tuguo Setogutte, Rubens Bueno, Odeni Mongruel, Hermas Brandão, Nelson Buffara, Trajano Bastos, Artagão Mattos Leão, Osvaldo Alencar Furtado, Caíto Quintana, Basílio Zanusso, Sérgio Spada, Sabino Campos, Edmar Luiz Costa, Antônio Annibelli, Edgard Pimentel, José Antônio Fonseca, Ivan Gubert e Péricles Pacheco.

JUSTIFICATIVA:

A proteção à saúde do trabalhador, como medida preventiva, é ponto pacífico nas relações laborais. Não obstante, a defesa desses direitos fundamentais, é mister que sejam atenuados, a tempo, os riscos à vida ou à saúde desses trabalhadores, que justamente zelam pelo bem-estar dos semelhantes, diminuindo-lhes, assim, o período de exposição a seus efeitos.

A aposentadoria aos 25 anos de serviço dos funcionários a que se refere esta Emenda, é benefício garantido aos trabalhadores celetistas, consagrada através da Consolidação da Legislação da Previdência Social, matéria esta regulada pelos Decretos 72.771/73 e 83.080/79.

Por sua vez, os funcionários públicos estaduais, habilitados em concurso, iniciam suas atividades em funções reconhecidamente perigosas, como as descritas nos itens 1 a 5 da Emenda proposta, permanecendo à mercê dos riscos decorrentes de agentes químicos nocivos e doenças infecto-contagiosas, ao longo de 30 ou 35 anos de serviço, para finalmente se aposentarem.

São atividades que, pela sua natureza,

dificultam a proteção adequada à saúde desses trabalhadores, e não raro, acarretam infortúnios laborais de toda sorte.

Destarte, é medida de inteira justiça a aprovação desta Emenda, uma vez que a mesma dispensará tratamento igualitário aos funcionários estaduais no exercício de funções consideradas insalubres, assim como preservará a saúde e a integridade física desses profissionais tão valorosos à coletividade, os quais terão garantida a aposentadoria aos 25 anos de serviço público.

Assim, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares, no sentido de que seja aprovada esta justa emenda Constitucional.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada, por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n.170/86, que instituiu o FUNCITEC.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeremos na forma regimental e com base no inciso VIII, do art.16 da Constituição do Estado, licença da Assembléia Legislativa, para viajar ao exterior, em caráter diplomático e cultural a convite do Governo Russo, pelo prazo de 15 dias.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(aa) ANIBAL KHURY e
HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor SIMÃO CACHOEIRA, ocorrido no último dia 05, na cidade de União da Vitória.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Senhor SIMÃO CACHOEIRA veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de toda a comunidade da região.

Ao longo de sua existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros ou marcam profunda-

mente sua passagem pelas realizações de grandes feitos por característica pessoal de bom relacionamento com sua comunidade. Deixa viúva dona Carolina Sibila Cachoeira, e os filhos: Zilá, Zenira e Rui, bem como 8 netos e 1 Bisneto.

Desaparece aos 71 anos de idade, o Senhor SIMÃO CACHOEIRA.

Simão, a vida privou seus familiares de vosso convívio, nos corações dos amigos, vossa eterna presença.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a Família Cachoeira, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ BÓRIO, ocorrido no último dia 24, nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Senhor JOSÉ BÓRIO veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo círculo de amigos e colegas de trabalho.

Deixa viúva Dona Maria de Lurdes Andrade Bório e dois filhos. Faleceu aos 50 anos de idade o Senhor JOSÉ BÓRIO.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a Família Bório, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de saudades ao Presidente JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA pela passagem do 10.º aniversário de sua morte.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Senhora SARAH KUBITSCHKE.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

No dia 12 de setembro de 1902, nascia em DIAMANTINA, Minas Gerais, JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, filho de João César de Oliveira e Dona Júlia Kubitschke de

Oliveira.

Em dezembro de 1927, recebeu o diploma de médico, pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte.

Em Paris, especializou-se em cirurgia. Estagiou no Hospital "Charit de Berlim" na Alemanha. Voltando a Belo Horizonte, entrou na Polícia Militar, onde chegou ao Posto de Coronel-Médico.

Chefe de Gabinete do Interventor Benedito Valadares, mais tarde Chefe da Casa Civil da Interventoria.

Em abril de 1934, o Interventor comunicou-lhe a inclusão de seu nome na chapa de candidato a Deputado Federal. Aquela inclusão representaria eleição certa. De fato estava aquele jovem médico, em fase de uma imposição do destino. Durante muito tempo, havia hesitado. Rejeitara, tergiversara; avançava e recuava. Mas, o caminho permaneceu sempre aberto à espera dos seus passos.

Ouvindo uma palavra peremptória, definitiva, e, justamente da parte de quem poderia proferi-la, "o Interventor do Estado"! Realizadas as eleições de 04 de outubro de 1934, verificou-se ter o jovem Juscelino, sido eleito Deputado Federal com a maior votação, ultrapassando o número de votos todos os principais líderes políticos do Estado. Na mesma eleição elegeram-se também, para a Câmara dos Deputados, diversos amigos seus como: José Maria Alkimin, Pedro Aleixo, Gabriel Passos, Luiz Martins Soares, Celso Machado, Negrão de Lima, Arthur Bernardes, Vergílio de Melo Franco, Antônio Carlos e Bias Fortes; exercendo o mandato até 10 de novembro de 1937, quando da decretação do Estado Novo.

A 15 de abril de 1940, assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte, onde destacou-se pelas grandes obras realizadas durante aquela gestão, entre as quais poderemos citar algumas prioritariamente: abriu dois terços das atuais Avenidas e vias públicas; renovou e triplicou a rede de esgotos; duplicou o abastecimento de água; aperfeiçoou o cadastro municipal e racionalizou seu funcionamento; ampliou todos os bairros e criou o Bairro da Cidade Jardim; urbanizou a Pampulha incorporando-a ao complexo urbano; abriu as famosas radiais, ou bocas, ligando a cidade ao sistema rodoviário do Estado, transformando a Capital mineira numa grande metrópole, onde foi seu Prefeito até 1945.

A 02 de dezembro de 1945, foi eleito Deputado Federal, sendo o segundo mais votado em Belo Horizonte e em todo o Estado, sendo naquela ocasião o mais votado na Capital mineira, GETÚLIO VARGAS, que quase ninguém sabia que fora candidato.

Em 3 de outubro de 1950 foi eleito Governador de Minas Gerais, sendo sua posse a 31 de janeiro de 1951.

Logo no início de seu governo, teria de resolver, com urgência, a normalização do pagamento do funcionalismo, atrasado de muitos meses, e dos vencimentos da Polícia Militar, não pagos nos últimos 90 dias. Para poder realizar com êxito seu programa administrativo foi condensado em alguns itens: asfaltamento da Rodovia Juiz de Fora-Belo Horizonte; encaminhamento de corrente de imigrantes, de forma a estimular a agricultura; dotar Minas de uma grande siderúrgica, construir usinas, estradas, fundar indústrias, incentivar e modernizar a agricultura, fornecendo adubos e implementos agrícolas aos fazendeiros; elevar a taxa de escolaridade do ridículo nível de duzentos mil alunos para um milhão, o que certamente exigiu mais escolas, mais grupos escolares e mais professores. Sendo a base de sua grande administração o binômio: energia e transportes. Mesmo antes de tomar posse, Juscelino já estava governando Minas, pois, sabia tudo sobre o verdadeiro estado das coisas na administração que se findava e, nessas condições, 24 horas depois de sua posse deu início ao quinquênio de intensa e fecunda atividade, o que lhe valeu o apelido de "Governador a Jato". Depois daquela brilhante realização à frente do Governo de Minas, renunciou a 31 de março de 1955, prazo limite para a desincompatibilização para candidatar-se à Presidência da República, que teve como seu companheiro de chapa na Vice-Presidência o Doutor João Goulart. Eleito Presidente da República no pleito de 03 de outubro de 1955. Entretanto, inúmeras barreiras tiveram de ser transpostas para que chegasse são e salvo a 31 de janeiro de 1956 dia da posse na Presidência da República, barreiras estas, desencadeadas pela conspiração golpista dos inconformados pela derrota nas urnas.

No primeiro dia de governo, reuniu o Ministério às 7 horas da manhã; era a primeira vez que um Presidente da República convocava seus auxiliares para essa hora, e, assim, foi durante todo o seu governo. O que lhe preocupava era o compromisso que havia assumido com os que lhe tinham dado o seu voto: "fazer o Brasil progredir cinquenta anos em cinco".

Já no início de seu governo, a 11 de fevereiro de 1956, enfrentou o episódio Jacareacanga-Cachimbo, com a insurreição de alguns oficiais da Aeronáutica, tendo à frente o Major Aviador Haroldo Veloso, Capitão Lameirão, Major Paulo Victor e Tenente Petit. A inquietação tomou conta da Aeronáutica alastrando-se nas diferentes bases aéreas, agravando-se a situação de momento a momento, com a quase totalidade dos oficiais da F.A.B. solidária com o Major Veloso e seus companheiros. A conspiração golpista fracassou quando providên-

cias compatíveis com a emergência foram acionadas pelo Governo sob o comando do Brigadeiro Corrêa de Melo, cujo oficial ao receber a ordem direta do Presidente da República, respondeu-lhe sem hesitação; "seguirei imediatamente" e acrescentou: "Suas ordens serão cumpridas". - A inquietação passara. A ordem fora restabelecida.

Quando todos esperavam punição severa aos golpistas, o Presidente Juscelino com seu gesto humano, enviava ao Congresso Nacional, projeto de lei concedendo ampla e irrestrita anistia a todos os envolvidos, respondendo com clemência aos que conspiraram contra sua posse, concedendo irrestrito perdão, anistiando indistintamente a todos os inimigos, apagando esses ressentimentos e amarguras com os seus triunfos. Só assim o exercício da vida lhe engrandecia.

Não foi fácil, após tantos embaraços políticos, dar a arrancada que havia planejado no rumo do desenvolvimento. Naquele tempo, a palavra "desenvolvimento" não era de uso corrente.

A meta da energia elétrica teve na construção de Três Marias o seu início, cuja construção era antiga reivindicação das populações de várias cidades do Vale de São Francisco, que tiveram início no dia 25 de julho de 1956. Esta foi de fato, a obra inicial. Sua intenção era a de elevar a potência instalada no País de cerca de três milhões de Kw em 1955 para 5,4 milhões de Kw em 1961 e assentar as bases para nova expansão até 8,7 milhões de Kw a ser atingido em 1966. - Quando Juscelino assumiu o governo, encontrou sete bilhões de metros cúbicos de água armazenada e deixou ao passar a Presidência, oitenta e dois bilhões de metros cúbicos.

PETRÓLEO: - A produção de petróleo em 1956 era de seis mil barris passando em 1960 para a marca de duzentos mil barris diários.

RODOVIAS: Em 1955, só existiam vinte e três mil quilômetros de estradas construídas pelo Governo Federal, e nem todas em boas condições. Durante o seu governo, foram construídos vinte e cinco mil quilômetros e entre as novas rodovias, como a Belém-Brasília, poderiam ser consideradas uma autêntica epopéia do século XX. Esta rodovia com dois mil e duzentos e quarenta quilômetros, cujo objetivo fundamental seria introduzir o progresso em regiões nunca exploradas pelo homem civilizado. Seria uma linha rasgada na floresta e estendida sobre rios caudalosos que levaria a civilização a regiões só palmilhadas por índios, sendo iniciada em 1958 e inaugurada dia 03 de abril de 1960. Outras grandes rodovias foram abertas ao longo de todo o território nacional que deixou de inúmerá-las por absoluta falta de espaço...

FERROVIAS: Durante seu governo, Juscelino dera maior prioridade ao problema de reequipamento do material rodante, mesmo assim, a meta foi ultrapassada de mil e oitocentos quilômetros de novas ferrovias.

AGRICULTURA: Dando ao País melhores estradas, aumentando-lhe capacidade armazenadora, estava favorecendo, de fato, nossa produção básica, já que sem escoamento fácil a lavoura e a pecuária não teriam condições de prosperar. Seu plano de metas previa dotar o Brasil de armazéns, silos com capacidade para quatrocentas mil toneladas. Essa foi ultrapassada em seiscentas mil toneladas. Incentivou a indústria, facilitando a expansão das fábricas de autopeças para a fabricação de tratores, atingindo a marca de produção de sete mil tratores.

SIDERURGIA - MINÉRIOS - INDÚSTRIAS BÁSICAS - MARINHA MERCANTE em seu Governo o Brasil, tivera a honra de bater alguns recordes mundiais em matéria de projetos de obras públicas.

CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL: Pela Lei n.3.273/57 de 1º de outubro de 1957, foi prevista a inauguração de Brasília para o dia 21 de abril de 1960 em homenagem ao martírio de Tiradentes. Aqueles que estiveram em Brasília naquele dia, não poderão esquecer o grande espetáculo que marcou um verdadeiro encontro e se constituiu numa autêntica apoteose. Foi realmente uma festa de caráter nacional e patriótico.

Finalmente, existiam outras realizações grandiosas: A Ponte Brasil-Paraguai; a indústria automobilística, montada em apenas dois anos. Para orgulho de todos os brasileiros, o próprio Presidente Juscelino, no dia 31 de dezembro de 1957, atravessou a principal Avenida do Rio de Janeiro, dirigindo um automóvel inteiramente fabricado no Brasil.

Com o incremento de nossas exportações, sobretudo as de café, cujos resultados, naquele ano, haviam permitido que o Brasil desse a devida resposta ao FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL que na ocasião pretendia condicionar sua ajuda financeira à paralisação do processo de desenvolvimento nacional. O Presidente Juscelino, rompera com o F.M.I., e todas as agências internacionais de financiamento haviam se fechado para o Brasil. No entanto, graças à política financeira executada pelo Governo, conseguiu Juscelino saldar todos os seus compromissos, e era com satisfação que declarava aos brasileiros, naquele momento, que o BRASIL NÃO DEVIA UM DÓLAR, A NENHUM CREDOR, EM LUGAR ALGUM DO MUNDO.

Juscelino, o mais democrata governante, dirigiu a Nação sem ódio, sem perse-

guições ou vinganças, mas com perdão, otimismo, e sobretudo, com bondade, pois, sabemos que Deus dá ao humilde a honra da vitória e como paga de tanto trabalho, o povo goiano, elege-o Senador por Goiás. Mas, para cúmulo da injustiça fora cassado seu mandato de senador. Fora castigado e igualado aos elementos subversivos. Ele, o maior brasileiro do seu tempo.

Mas, no fatídico dia 22 de agosto de 1976, perdeu sua preciosa vida em desastre automobilístico.

Jamais devemos nos esquecer do grande brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, inconfundível pelo seu otimismo à causa brasileira e as mais nobres ações pela sua bondade.

"A esperança é o único patrimônio dos deserdados, e é a ela que recorrem as nações ao ressurgirem os desastres históricos.

Se a esperança se converte em ação, e os homens podem juntar seus sonhos, para fazer da vida, dádiva de Deus, a oração comum da alegria.

Soubemos, nestes tempos pesados, guardar a paciência e conservar a frente alta.

A causa do povo, dispensa radicalismos, exige coragem. Foi essa coragem, assumida por todos nós, e sobretudo pela gente mais simples do povo, que nos deu ânimo na penosa travessia.

O Brasil que amamos não é entidade abstrata, feita apenas de símbolos, por mais que os veneremos. O Brasil que amamos está em cada coração e em cada alma de seus filhos. Restaurar, em seus olhos, o orgulho da Pátria, é a missão que nos cabe. A soberania do país é a soberania de seu povo; a dignidade do país é a dignidade de sua gente.

As negociações da dívida externa serão realizadas na plena afirmação de nossa soberania.

A execução de nosso programa de governo não pode dispensar o respaldo de uma política externa voltada para os interesses nacionais refletindo os anseios de uma sociedade democrática.

Em consequência, só assumiremos os compromissos internacionais que possamos cumprir. Não aceitaremos imposições que se valham de nossa situação de vulnerabilidade momentânea. Em suma, não negociaremos o inegociável, nem dialogaremos sobre pressão. Não podemos sentir orgulho de cidadãos enquanto houver neste País tanto sofrimento e tanto ultraje". (Palavras do saudoso brasileiro Doutor Tancredo Neves).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja en-

viado apelo ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. José Sarney, para que seja considerada a exigência de rompimento de relações diplomáticas com o Governo racista de Pieter Botha e o reconhecimento pelo Governo brasileiro, do Congresso Nacional Africano, CNA, como legítimo representante do povo sul-africano, conforme reivindicação da Comissão Organizadora do ato público de protesto contra o "apartheid".

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

Apoiamento: TADEU FRANÇA, IVAN GUBERT, JORGE MAIA FILHO, IRONDI PUGLIESI, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ADHAIL SPRENGER PASSOS, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O povo brasileiro condena o "apartheid", e assim tem se manifestado através das mais expressivas entidades negras do País, movimentos sociais, agremiações religiosas e lideranças populares.

Em apoio às entidades manifestantes - Conselho Geral do Memorial Zumbi, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Comissão do Negro do PT e Comissão Negra do PCB - que enviaram a convocatória do ato público de protesto realizado em frente a Embaixadas da África do Sul, dia 22 de agosto, vimos pedir o referendo dos nobres Pares.

De acordo com os princípios estabelecidos em seu manifesto de lançamento, o Partido Democrático Trabalhista, destacou entre compromissos prioritários, a causa das populações negras.

O programa do PDT, no plano internacional se propõe a exercer "oposição ativa ao colonialismo, ao neocolonialismo, às políticas de discriminação racial e ao imperialismo sob todas as suas formas".

A questão dos direitos humanos, porém, não é partidária; é princípio básico da ação política e quando o povo se mobiliza em defesa da vida e da liberdade, esse clamor deve ter ressonância na voz de seus representantes; o acatamento deve ser decisivo e claro.

Não há raças superiores: "Todos os homens nascem iguais em dignidade e direitos".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, o aumento da cota de combustível para a delegacia policial localizada na municipalidade de Moreira Sales.

Nos dias de hoje a delegacia de polí-

cia de Moreira Sales, responsável por grande área de atuação, tem enfrentado dificuldades para realizar seu trabalho. A razão, dentre outras, dá-se em face à ausência de uma cota de combustível compatível com as reais necessidades do citado Órgão.

Deste modo, acatando sugestão do Ilustríssimo Sr. Marcelino Dias Montalvão, que haja, por parte desta Pasta, o aumento da cota de combustível, visando garantir maior operacionalidade à polícia.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, no intuito da destinação de materiais para o combate à erosão, na municipalidade de Araruna.

Tendo em vista as características de seu solo, que permite fácil desagregação, Araruna está sempre a enfrentar, tanto no perímetro urbano como na área rural, constantes problemas com erosão, exigindo, por conseguinte, medidas para evitar tal situação. Dentro deste propósito, é de vital importância a colaboração dessa Pasta, destinando os seguintes materiais:

- 500 tubos de 0,08m;
- 300 tubos de 0,60m;
- 400 tubos de 0,40m;
- 100 tubos de 1,00m.

Portanto, aguarda-se a adoção de medidas que atendam ao presente pedido, solicitada pelo Excelentíssimo Sr. Osvaldo Valarini, Prefeito Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de acordo com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, bem como aos Secretários de Estado da Administração e da Educação, seja estudada a proposta de uma nova lei, embasada nas Leis n. 7.208/79 e 8.247/86, que venha a beneficiar professores com tempo mínimo de dois anos regendo aulas suplementares e/ou extraordinárias, até 15/10/79, sem a obrigatoriedade de estarem em exercício dessas aulas em 15/10/79, conforme passa a justificar.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial de Estado do Paraná, de 18 de junho do corrente ano, às folhas 18 a 26, publicou mais de mil indeferimentos de enquadramento de professores nos termos da Lei n. 8.247, de 13 de janeiro de 1986.

A Lei n. 8247, de 13/01/86, corrigiu injustiças do passado, atendo a quase mil professores não beneficiados pela Lei n. 7208, de 15/10/79.

Pelo enquadramento efetuado pelo Decreto n. 8.366, de 17/06/86, o número exato dos professores beneficiados em função desta lei foi 995, sendo que 174 foram readmitidos pelo Decreto n. 8.367 em razão dessa mesma lei.

A Lei n. 7.208, de 15.10.79, beneficiou 5.768 professores, que eram regidos pela Lei n. 6.508, de 13.12.73. Essa lei, a 6.508/73, era denominada Lei do Pessoal Suplementar. Nela se inseriam professores suplementaristas do Estado, zeladoras estaduais e pessoal de serviço braçal de várias Secretarias de Estado, inclusive no Departamento de Estradas e Rodagem (DER).

De cunho essencialmente social, a Lei n. 7.208/79, mesmo ferindo preceito constitucional, veio solucionar a situação de milhares de servidores públicos do Estado, entre eles professores suplementaristas. Definindo requisitos de: tempo mínimo de serviço público estadual (dois anos), estar em exercício na data da lei (15.10.79) e não ser detentor de cargo público estadual; a Lei n. 7.208/79 deixou de contemplar os professores detentores de um cargo de magistério, acumulável nos termos constitucionais, e que tivessem ministrado aulas suplementares e/ou extraordinárias pelo período mínimo de dois anos, até a data de sua sanção.

Um movimento eclodiu na classe do magistério, ensejando a modificação dessa Lei (a 7.208/79), ou criação de nova lei que viesse a corrigir injustiças cometidas por limitação da primeira.

Dessa forma adveio a Lei n. 8.247, de 13.01.86, que corrigiu duas distorções graves da Lei n. 7.208/79:

- a) estendeu o benefício aos professores detentores de um cargo de magistério, acumulável nos termos da legislação vigente;
- b) devolveu aos professores prejudicados o cargo de professor em que foram exonerados por ocasião do enquadramento, obrigados a que foram de opção por essa mesma lei.

Mas hoje persiste uma clamorosa injustiça cometida, tanto pela Lei n. 7.208/79, como pela Lei n. 8.247/86. É o fato de se condicionar em ambas as leis a exigência de estar no exercício de aulas suplementares ou extraordinárias em 15 de outubro de 1979, fato esse que alijou muitos profes-

sores de serem beneficiados por estas leis.

Essa foi a razão do número elevado de indeferimentos, mais de mil, publicados no Diário Oficial de 18/07/86, referentes à Lei n. 8247/86, isto sem considerar tantas outras centenas de professores que não foram enquadrados pela Lei n. 7208/79, no início de 1980, pelo mesmo motivo.

A data de 15 de outubro de 1979, não lembra nenhuma data constitucional, nem tampouco lembra promulgação de qualquer emenda à Constituição do Estado do Paraná. Ela entrou na história do magistério paranaense apenas como data da sanção da Lei n. 7208/79. E por nada mais. Discutir hoje o "porquê" de algum professor não estar em exercício de aulas suplementares ou extraordinárias em 15 de outubro de 1979 é um mero formalismo, e até um casuísmo perpetrado por lei. Mas, esse casuísmo veio premiar uns e injustiçar outros, os que estavam ou não estavam ministrando aulas suplementares ou extraordinárias nessa data.

Se ambas as leis, a de n. 7208/79 e a de n. 8247/86, tiveram cunho essencialmente social, mesmo esbarrando em dispositivo constitucional, por que não dar guarida, também aos que têm o tempo exigido, de pelo menos dois anos, por essas leis, sem a obrigatoriedade do exercício na data de 15/10/79?

Se a intenção da primeira Lei, n. 7208/79, teve uma abrangência social tamanha, atendendo a quase seis mil professores, e se a segunda lei, a n. 8247/86, veio corrigir injustiças da primeira, atendendo a mais de mil professores, por que, então, não se criar uma nova lei, uma terceira, que venha corrigir as injustiças perpetradas ainda pelas duas primeiras leis, e que possa beneficiar a mais de mil outros professores?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este meu requerimento, solicitando ao Governo do Estado do Paraná, medidas nesse sentido: o da proposta de uma nova lei, embasada na Lei n. 7208/79 e na Lei n. 8247/86, que venha a beneficiar professores com tempo mínimo de exercício de aulas suplementares e/ou extraordinárias, de dois anos, até 15/10/79, sem a obrigatoriedade de estarem ministrando-as em 15/10/79.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga a

Cidade de Tapira a Douradina, via Ouro Verde e Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O referido trecho tem grande fluxo de veículos de transporte da produção agrícola e industrial, além de passageiros. A falta de pavimentação asfáltica vem causando sérios problemas para os moradores da região, principalmente nas épocas de chuvas, quando a estrada fica intransitável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, Digníssimo Governador do Estado, e HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a realização de estudos técnicos e financeiros, no sentido de viabilizar a pavimentação asfáltica da BR-487, no trecho entre a cidade de Ipiranga até a BR-160, Rodovia que liga a cidade de Ivaí até a BR-373, na altura da localidade de Bom Jardim do Sul.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Na região servida por este trecho da BR-487, estão localizadas inúmeras propriedades rurais que necessitam melhores vias para o escoamento de sua produção, que em tempos de chuva, ficam isoladas perdendo grande parte do seu trabalho, e ainda possibilitaria a ligação da Cidade de Ivaí a Ponta Grossa e outras cidades da região Sul, via Ipiranga, diminuindo assim, a distância, economizando-se combustível e tempo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciárias, seja qualificado em Distrito Judiciário, o Distrito Administrativo de Ibiracema, com as confrontações constantes da Lei Municipal n. 14/83, que modificou a Lei n. 09/74 do Município de Catanduvas, cujas cópias estão anexadas ao presente.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Ibiracema, criado no ano de 1974, alcançou nesta década grande progresso, acompanhando o desenvolvimento do Município de Catanduvas.

A população daquela cidade não está tendo atendimento ideal no tocante ao foro extra judicial.

No momento, Catanduvas desponta como um dos prováveis municípios a serem elevados a condição de Comarca.

É justo, portanto, que seu Distrito Administrativo seja reconhecido também como Distrito Judiciário, razão pela qual solicitamos o encaminhamento à Douta Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciárias do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, baseado no que dispõe o artigo 27, da Lei n. 8.280, de 24 de janeiro de 1986.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando a destinação de recursos orçamentários para a construção de ponte sobre o Rio Pocinho, na estrada ligando a referida localidade à propriedade São Francisco, pertencentes a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

A presente reivindicação baseia-se em proposta apresentada pelo Ilustríssimo Senhor Mozart Silva, antigo morador em Barbosa Ferraz e que bem conhece seus problemas e aspirações. Acontece que as pessoas que residem na região e que dependem da citada via, tem enfrentado uma série de dificuldades, ante ao estado da ponte sobre o Rio Pocinho.

A fim de que esta justa aspiração do povo de Barbosa Ferraz venha efetivamente tornar-se realidade, é imprescindível que essa Pasta determine a liberação de recursos para que a Administração Municipal possa construir a mencionada obra.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de reiterar a imediata liberação de recursos para a construção de uma cancha

esportiva no Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino de 1. e 2. Graus, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Pode-se afirmar, seguramente, que a nível dos estabelecimentos pertencentes à rede estadual de ensino em Campo Mourão, uma das mais antigas e sobretudo importante reivindicação, diz respeito à real necessidade de se construir uma cancha de esportes no Colégio Estadual Dom Bosco, dada à concentração de grandioso número de estudantes, tendo que praticar a Educação Física com bastante dificuldade, uma vez que se deslocam para outras escolas.

Neste sentido, diante do compromisso assumido por esta Pasta, da liberação de Cz\$ 25.000,00 a serem repassados para a Prefeitura Municipal, ainda este mês, o presente requerimento tem por finalidade, em nome da Ilustríssima Senhora Neusa Resende Rieling, Diretora, reiterar a urgência de que tais verbas, efetivamente, cheguem ao seu destino, a fim de que possa ser dado início à construção da referida quadra esportiva.

Sala das Sessões, em 26/08/86.

(a) RUBENS BUENO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 196/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao Município de PORTO AMAZONAS o prédio de propriedade do Estado, situado na Rua Manoel Ribas, 25, naquela Cidade.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

O prédio que se pretende doar ao Município de Porto Amazonas, através do presente plano de lei, é de propriedade do Estado, edificado em terreno do referido município, nele funcionando o Hospital e Maternidade local.

Como a Prefeitura Municipal pretende implementar o atendimento hospitalar, as suas próprias expensas, julgamos a medida proposta da maior conveniência e oportunidade, razão pela qual solicitamos o apoio e aprovação dos nobres Pares.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Está aprovada a Ata.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Odeni Mongruel. (Ausente).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Edmar Luiz Costa. (Ausente).

Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR.SÉRGIO SPADA - Uma informação, Senhor Presidente. Eu estou inscrito no Horário das Lideranças do PMDB.

O SR.PRESIDENTE (Antonio Annibelli)- Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto o Partido Liberal, se fará uso de seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra no Horário das Lideranças, ao Senhor Deputado Sérgio Spada, do PMDB.

O SR.SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"Uma comunidade de 400 mil pessoas, que reúne brasileiros, paraguaios e argentinos, observa, apreensiva, as medidas que começam a ser tomadas pelo Governo brasileiro. Essas medidas são consequências de uma série de notícias geradas através de pronunciamentos de várias autoridades sobre a região de Foz do Iguaçu.

Repentinamente, a cidade e suas características peculiares, tornaram-se notícia nacional. É notícia ruim. O Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, foi à televisão para responsabilizar as compras excessivas de brasileiros no Paraguai, pela alta do dólar no mercado paralelo brasileiro. E quase de repente, o Governo começou a agir.

A Receita Federal e a Polícia Federal passaram a tomar medidas como se todos os problemas do dólar no mercado brasileiro estivessem concentrados em Foz do Iguaçu. O Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, foi a Foz do Iguaçu declarar na televisão, que é preciso combater o crime organizado na região.

O que espanta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que as medidas começam a ser tomadas sem que ninguém, mas rigorosamente ninguém, das partes interessadas sejam ouvidas. Lembra esse Governo, quando assim age, a Velha República dos militares, quando os atos e decretos eram publicados à revelia de uma população inteira.

Em Foz do Iguaçu, Senhores, as três fronteiras aprenderam a conviver e a se relacionar com o passar dos anos. Há um equilíbrio, que atua independentemente e que garante a sobrevivência da população ao seu redor.

Se os brasileiros vão comprar no Paraguai, os eletrônicos, as bugigangas que chegam de todas as partes do mundo, vão

pagar, não com o dólar, como faz crer o Governo brasileiro, mas com o cruzado.

É esse mesmo cruzado, Senhores, será utilizado pelos paraguaios para comprar farinha, arroz, feijão e até mesmo roupas nas lojas de comércio de Foz do Iguaçu. Nenhuma loja do comércio local faliu por causa do aumento do movimento na fronteira.

Tenho aqui alguns dados, Senhores Deputados, que comprovam essa realidade: Foz do Iguaçu é a 9.^a Região fiscal da Receita Federal e a sétima cidade na arrecadação fiscal no Paraná e Santa Catarina. As Lojas Pernambucanas de Foz do Iguaçu é a segunda em volume de vendas em todo o Brasil.

Num perfil do município vamos encontrar uma situação surpreendente. A cidade tem dezoito mil empregos diretos. São dois aeroportos internacionais e duas pontes internacionais. É o terceiro pólo turístico do Brasil e o segundo do Estado do Paraná. É o berço da maior hidrelétrica do mundo, e oferece ao visitante a rara e bela visão das Cataratas do Iguaçu.

Observando essa realidade, Senhores, é que nos surpreendem as notícias que atingem a região de Foz do Iguaçu.

Se existe contrabando, crime organizado, excesso de compras e isso está influenciando a alta do dólar no mercado paralelo, o Governo brasileiro deve combater os problemas com eficiência e rapidez. São crimes comuns. Casos de polícia.

Agora, transformar o comércio paraguaio no único vilão da história nos parece aquela velha imagem de se "tapar o sol com a peneira". O Governo brasileiro deve solucionar seus problemas procurando os caminhos mais certos, sem tangentes.

Se o Governo quer saber onde estão os motivos que levaram o dólar a subir tanto no mercado paralelo, que vá atrás do sub-faturamento das multinacionais, dos grupos de banqueiros do dólar em São Paulo, ou mesmo das quadrilhas de contrabandistas, cujas mercadorias nem chegam ao comércio paraguaio.

Precisamos estar atentos, Senhores Deputados, para os motivos que transformaram de repente a região das três fronteiras, e especificamente o Paraguai, num vilão a ser combatido. Sabemos que existe uma campanha internacional para desestabilizar o regime paraguaio, do General Alfredo Ströessner.

O Sr. Edgard Pimentel- Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Sérgio Spada? (Assentimento).

Ouçó, com muita atenção, o pronunciamento que Vossa Excelência faz na manhã de hoje, nesta Casa. E como homem vinculado ao Oeste do Estado há mais de vinte e cin-

co anos, também sou sensível ao problema gerado pelas medidas, diria até arbitrárias, que o Governo torna contrárias aos interesses não só de Foz do Iguaçu, mas de todo o Oeste do Estado, e porque não dizer contrárias aos interesses do Estado do Paraná.

Colho o ensejo, inclusive, Deputado Sérgio Spada, para fazer uma convocação aos políticos da nossa região de todos os partidos, para que de uma forma suprapartidária possamos fazer ecoar em Brasília, nas autoridades competentes, o nosso descontentamento. Nós temos mais do que nunca um compromisso muito sério não só com Foz do Iguaçu, mas com os brasileiros que aqui vivem, de defender de uma forma intransigente os interesses da nossa região.

Os prejuízos que as medidas arbitrárias vão gerar não só criaram um desestímulo a tantas empresas que geram empregos e riquezas a Foz do Iguaçu, mas notadamente turismo que é uma fonte de divisas preciosas que Foz do Iguaçu gera para o Paraná e para o Brasil.

Entendo, Deputado Sérgio Spada, que Vossa Excelência traz, no dia de hoje, a esta tribuna, um assunto que merece de todos nós profunda reflexão. Entendo, Deputado Sérgio Spada, de que Foz do Iguaçu, a nossa região Oeste não pode pagar pelas arbitrariedades que se cometem na área econômica deste País. Mais uma vez o Governo toma uma medida de cima para baixo, não consultou as lideranças da nossa região, notadamente de Foz do Iguaçu. E antes de fazer esse "estardalhaço", essa parafernália que é causada pelo noticiário do Brasil afora e que afugenta o turista que leva divisas para esse rincão turístico que é Foz do Iguaçu, antes de tomar as medidas, entendo eu que o Governo José Sarney, seus colaboradores, Ministro Dilson Funaro e outros, teriam que, obrigatoriamente, ouvir as lideranças da nossa região e os políticos.

Por isso, repito, é necessário que todos nós que temos compromissos com o Paraná, e notadamente com a região Oeste, com Foz do Iguaçu, eu me associo a Vossa Excelência e quero, na manhã de hoje, fazer um chamamento aos políticos, aos colegas que são Deputados, Prefeitos, Vereadores, enfim, lideranças, para nos associarmos, irmos ao encontro dos interesses de Foz do Iguaçu, do Paraná e do Brasil.

O SR. SÉRGIO SPADA - Deputado Edgard Pimentel, eu agradeço o vosso aparte que vem endossar as nossas palavras. E como bem colocou Vossa Excelência, esse não é um problema de Foz do Iguaçu; esse é um problema do Paraná, e dá até para se dizer, um problema do Brasil. O turismo, como é sabido de todos, é uma das maiores

fontes de riquezas e de divisas da própria Nação. Para Foz do Iguaçu é vital, é fundamental e para o Paraná, eu acredito que esteja entre as três maiores fontes de riqueza para nosso Estado. E nós não podemos aceitar, calados, campanhas como essas que estão sendo feitas, que afugentam o turista da nossa terra e ainda mais, que essa não é a primeira vez que somos atingidos por esse tipo de noticiário que tem saído, inclusive, em toda grande imprensa. Imprensa que tem dado cobertura às versões de autoridades sempre constituídas, às vezes distorcidas do que acontece ou ocorre realmente na nossa região. Sofremos o impacto altamente negativo, quando da divulgação em rede nacional, através de uma emissora de televisão, que as Cataratas do Iguaçu haviam ficado debaixo da água quando do enchimento do Lago de Itaipu. Mais uma vez, estamos sofrendo os reflexos de notícias que atingem, negativamente, da mesma forma o nosso turismo e não somos contra, é bom que fique bem claro, à ação enérgica, correta e dura até, dos meios de repressão ao contrabando da fronteira, ao crime organizado na fronteira, pelo contrário, estamos apoiando. Nós não podemos permitir que se confunda o combate ao crime organizado, ao contrabando, com o mau trato ao turista que vai a Foz e aos municípios daquela fronteira, inclusive, Cascavel; vai ali gastar suas divisas e fazer daqueles municípios, municípios que crescem e que hoje, certamente, sofrem pressões e, inclusive, influência de "lobbies" nacionais e até mesmo internacionais que não querem ver o Oeste do Paraná continuar crescendo.

Agradeço, sensibilizado o vosso aparte, e gostaria que essa que não é uma luta de Foz do Iguaçu, fosse compreendida e defendida por todos os Parlamentares desta Casa. Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a liderança do Partido da Frente Liberal.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vemos hoje em manchete no Jornal "Correio de Notícias", que o Governador João Elísio assina duplicação da Londrina-Maringá. Na página 3, vemos a notícia completa sobre a duplicação Londrina-Maringá. Eu quero vir aqui, Senhor Presidente, nessa tribuna, fazer um protesto, não contra a duplicação Londrina-Maringá, mas

contra o esquecimento com a cidade de Apucarana.

Vemos, pelas licitações e concorrências, que a duplicação irá de Ibiporã a Arapongas, Arapongas haverá uma estrada direta, duplicada, com destino a Mandaguari, isolando a cidade de Apucarana.

Isso para nós, mais uma vez nos causa tristeza e demonstra um esquecimento do Partido do PMDB para com Apucarana. Venho desde o início da nossa legislatura, denunciando a omissão do Governo José Richa para com nossa cidade. Tivemos a promessa do Senhor Governador, a promessa do Senador Álvaro Dias, há quatro anos passados, em praça pública, dizendo que Apucarana teria a Universidade do Vale do Ivaí.

Hoje, temos um projeto tramitando nesta Casa, criando a Universidade do Vale do Ivaí. E já temos as lideranças do PMDB locais em Apucarana, contra o meu projeto. Brigamos há três anos passados, quando o Governo do Senhor José Richa, retirou de Apucarana a regional do BANESTADO. Brigamos contra o Governo José Richa quando prometeu o entreposto da CAFE do Paraná e não cumpriu para com a Cidade de Apucarana. Brigamos contra o Governo José Richa quando prometeu um entreposto da COPASA e não cumpriu a sua promessa em Apucarana.

É lamentável que o Governo do PMDB agora vai contra todos os estudos técnicos feitos pelo METRONOR e isola Apucarana do eixo Londrina-Maringá.

É uma pena de que as lideranças do PMDB de Apucarana não tenham tomado uma posição de firmeza contra este Governo que aí está; contra este Governo do PMDB, que conseguiu fazer em Apucarana, onde era o entroncamento rododotferroviário do Norte do Paraná, a transferência para a vizinha Cidade de Arapongas.

Isto, para nós é lamentável. Iremos de palanque em palanque, nesta campanha, na Cidade de Apucarana relembrar o povo, dizer ao povo de minha cidade o que o Governo está fazendo.

Estamos cansados de ver o isolamento de Apucarana, por este governo perseguidor de José Richa. Iremos agora cobrar e pedir para que se tomem as medidas necessárias para que, mais uma vez, Apucarana não fique esquecida, ao relento do PMDB.

É triste este Deputado que nasceu naquela cidade, este Deputado que sempre viu homens combatendo, líderes combatendo, para o engrandecimento daquele município, ver hoje, mais uma vez, aquele município isolado do Governo do Paraná; isolado das Lideranças do PMDB. Pergunto desta tribuna: por que Apucarana? É certo, é justo, que o Governo do Sr. José Richa nada fez pelo Paraná. Mas para Apucarana, além de nada fazer, consegue isolá-la dos outros Municípios do Norte do Paraná.

Iremos falar com o povo. Iremos perguntar aos eleitores se Apucarana foi isolada por falta de verbas?

Iremos perguntar aos eleitores se o escândalo do Banco del Paraguai, os dezessete milhões de dólares sumidos, iremos perguntar aos eleitores se os oito milhões de dólares sumidos na Secretaria da Fazenda pelo Sr. Erasmo Garanhão, não dariam para fazer a duplicação Arapongas-Apucarana?

É lamentável, é triste, o que o Governo está fazendo para com a nossa cidade. Fica aqui o nosso protesto veemente contra a discriminação do Governo José Richa para com a minha cidade.

O Sr. Odeni Mongruel - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência. Gostaria de fazer uma observação quanto ao reclamo que Vossa Excelência faz no que diz respeito à instalação da Universidade de Apucarana.

Sabemos das dificuldades que vive o Estado Paraná para a manutenção de sua rede de ensino de terceiro grau. Nós sabemos, mesmo assim, em que pesem as dificuldades, sejam as universidades estaduais, a melhor medida a se adotar no âmbito da unidade federativa, para oferecer carreiras e profissões de nível superior.

O Paraná fez história, mantendo as suas três universidades estaduais: de Londrina, de Maringá e de Ponta Grossa e aí não parou. O Paraná mantém a sua rede estadual de faculdades, oferecendo um grande benefício ao Estado e ao País, mas nós sabemos também, que enquanto não chegar a descentralização administrativa e com ela a reforma tributária, não será possível que Estado algum desse País consiga manter o ensino superior, até mesmo o Estado do Paraná.

Essa fórmula que vem sendo hoje prevista, da Universidade MultiCamp, é uma idéia que nasceu do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, e esta é uma posição daquela Instituição que congrega os dirigentes do ensino superior deste País que enquanto o Estado não dispor de recursos suficientes para manutenção do ensino superior, as Universidades deverão, através do Projeto MultiCamp, ensinar que o ensino superior seja mantido nos diferentes municípios do Estado que porventura tenham capacidade, interesse e necessidade de mantê-los.

Quero dizer a Vossa Excelência, que a idéia da Universidade MultiCamp é uma idéia que nasce agora e com muita força, e quero crer que, na medida em que tenhamos, na Assembléia Nacional Constituinte, a reformulação da locação dos recursos, nós

teremos sim, um Estado em condições de manter a Universidade Estadual.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Nobre Deputado, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. O Estado está carente de recursos. Concorro com Vossa Excelência. Se paralisasse nesse Estado, o escândalo dos dólares, se parasse neste Estado, o abuso do poder econômico para com a imprensa, se o Governo não destinasse 20% do Orçamento para fazer a sua imagem nas televisões, nos rádios e nos jornais, e dedicasse esse dinheiro ao ensino superior do Paraná, eu tenho certeza que, não só para a Universidade de Apucarana, mas para a Universidade de Cascavel, para a Universidade do Noroeste do Paraná, o Governo teria recursos suficientes para mantê-las, por quantos anos fosse necessário.

A falta de verba, é uma desculpa que se arrasta há anos e eu acho que o Governo devia conter no seu Orçamento, os seus gastos de mordomia, nas suas compras de avião a jato, nos seus escândalos de dólares, nos seus ...

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JORGE MAIA FILHO - ... e nos seus poderes econômicos voltados à eleição, se o Governo economizasse e seu dinheiro que foi desviado, nós poderíamos sustentar não uma universidade, mas mais três ou quatro universidades no Paraná.

Por isso, eu acho, nobre Deputado, não descartando a idéia crescente agora, acho válida, mas na realidade, é o seguinte: três anos e meio se passaram desde o início e agora no fim, após nada fazer, lança uma idéia para não fazerem nem no ano que vem.

Obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência registra a presença dos companheiros José Rodrigues, Presidente da Câmara de Altamira, do Paraná, de José Duarte, Presidente do Diretório do PMDB, dos Vereadores Daniel Soares, José Rodrigues de Assis, Paulo Antônio de Oliveira, José Carlos Flora, membro do Diretório Municipal, do Senhor Hamilton Oliveira, membro do Diretório do PMDB e Luiz Carlos Haque, Oficial de Gabinete do Sr. Prefeito.

Registra também, com satisfação, a presença do Vereador Pedro Milke, Vereador da cidade de Piên.

Concedo a palavra, no Horário das Lideranças, ao Partido Democrático Trabalhista.

Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Reafirmo o apelo ao Sr. Governador João Elísio, que viaja neste mês para a União Soviética, no sentido de que Sua Excelência, antes de viajar, mande para esta Casa a Mensagem concedendo aumento salarial para o funcionalismo público estadual do Paraná.

Lembro a Sua Excelência, o Sr. Governador do Paraná que o Governador Leonel Brizzola deu 40% de aumento para o funcionalismo público. Os jornais de São Paulo noticiam hoje que o Governador Franco Montoro, que já concedera reajuste salarial para o funcionalismo, hoje vai dar mais 25% de aumento.

Senhor Presidente, se o Governador do Rio de Janeiro, se o Governador de São Paulo e outros Governadores têm compreendido que o Brasil, apesar do pacote econômico, continua sob o ritmo de uma inflação ainda que lenta, mas uma inflação que já estava prevista para quase 50% para este ano, é bom lembrar que o funcionalismo deveria ter recebido aumento de salário no mês de julho. Estamos terminando agosto e até agora esta laboriosa classe continua na expectativa, amargando uma vida triste diante do salário que está baixo, diante do vencimento que está defasado.

E, em segundo plano, Senhor Presidente, para criticar o Presidente da República José Sarney, o Comandante Supremo da Nova República, que fez uma viagem quase misteriosa à Ilha de Fernando de Noronha, foi passear em companhia do Sr. Roberto Marinho, o homem todo-poderoso da Rede Globo de Televisão, o homem com amplos poderes para nomear e demitir Ministros da Nova República, o homem que indicou vários titulares do primeiro escalão do governo da Nova República, o Presidente Sarney se deu ao luxo, no último fim-de-semana, de pegar um jato presidencial e levar Roberto Marinho e outros membros convidados para um passeio em Fernando de Noronha.

E o que é pior, pela primeira vez na história do Brasil, desde que existe avião a jato, a imprensa brasileira foi simplesmente proibida de pisar em Fernando de Noronha. Enquanto o Presidente da República lá permaneceu, o aeroporto esteve fechado para pouso e decolagem de qualquer tipo de avião que não fosse avião do Presidente da República.

Nem no tempo da ditadura, nem no tempo do arbítrio de vinte e um anos de regime militar nesse Brasil, nunca a imprensa foi proibida de dar cobertura, de fotografar, de filmar, de entrevistar o Presidente da República e sua comitiva, onde quer que estivesse o alto escalão da República.

É triste, Senhor Presidente, numa hora em que se prega democracia para o Brasil,

tomarmos conhecimento dessa atitude anti-democrática, antiética, contrariando os primados da Democracia quando o Palácio do Planalto tomou o ato ditatorial de proibir a imprensa brasileira de acompanhar e documentar, não uma viagem de trabalho, mas uma viagem de passeio, de turismo do Sr. Presidente da República, Sr. José Sarney.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Ainda no Horário do Partido Democrático Trabalhista, concedo a palavra do restante do tempo que é destinado a esse Partido, ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Fala-se, e muito, atualmente, em violência contra a mulher, violência no cinema, violência na televisão.

Todavia, a violência se apresenta sob múltiplas faces. Nós temos, por exemplo, a violência eufemística de insensibilidade do Governo do Estado do Paraná para o problema dos pequenos proprietários agrícolas do nosso Estado. Proprietários estes em via de se tornarem outros bóias-frias ou sem-terras, porque não podem pagar um financiamento feito, na maioria das vezes, em bancos conveniados com o Banco do Estado ou com o próprio Banco do Estado do Paraná.

Na maioria das vezes, bancos oficiais. Mas, no entanto, o Governo Estadual é sensível aos devedores de ICM, tanto que os isentou no ano passado, abrangendo, inclusive, altos e ricos proprietários até de frigoríficos. Este mesmo Governo peemedebista que teve a sensibilidade de perdoar os maus pagadores, não teve a sensibilidade de encampar a dívida dos pequenos proprietários que se vêem, de uma hora para outra, expulsos das suas terras não somente pelas intempéries do destino, mas também, devido a um financiamento desumano efetuado pelo Banco do Estado e da União.

Os proprietários se sentem violentados no seu direito sagrado de trabalhar a terra e sustentar, com dignidade e dignamente a sua própria família, contribuindo para o progresso da sua sociedade, do seu Estado e do seu País.

Temos a violência, por exemplo, do Secretário Walter Pecoits, ao impedir, também a imprensa estadual de participar ou de registrar um diálogo que não houve, embora o assessor dissesse que havia este diálogo por parte do Secretário de Estado para Assuntos de Reforma Agrária ou sem-terras.

Esta é, também, uma violência contra o

direito de informação que se implanta no Paraná, através de um homem que foi judiado e torturado pela ditadura e processou o Estado do Paraná pelas ofensas e pelas agressões sofridas e ganhou a causa. Nos surpreende a atitude do Secretário Walter Pecoits.

Mas, eu gostaria também, de falar de outra violência. É a violência nacional contra a classe trabalhadora, esta violência nacional que é estampada nos múltiplos ou milhares de processos acumulados no Supremo Tribunal do Trabalho, porque eufemismos jurídicos para deixar os trabalhadores brasileiros à míngua, sem trabalho e sem salário.

E o faço, mando e encaminho, à Mesa, hoje, um requerimento ao Presidente Sarney, ao Ministro da Justiça e ao Ministro do Trabalho e às lideranças dos partidos do Congresso Nacional para que se faça uma campanha para se resolver de pronto e definitivamente as questões trabalhistas acumuladas no Supremo Tribunal do Trabalho.

Não é possível que um trabalhador, um simples bancário paranaense, tenha que se deslocar de Curitiba a Brasília para poder fazer valer o seu direito de receber seu salário.

Esta é uma violência, e eu gostaria de frisar com todas as letras em maiúsculas, POR QUE, AO INVÉS DE O MINISTRO DA JUSTIÇA SE PREOCUPAR COM A PROIBIÇÃO DO FILME "COBRA", NÃO SE PREOCUPA COM A VIOLÊNCIA DA TELEVISÃO, NÃO SE PREOCUPA COM A VIOLÊNCIA QUE A JUSTIÇA BRASILEIRA, POR FALTA DE ESTRUTURA PURA E SIMPLESMENTE, PRÁTICA CONTRA A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA?

Quero deixar registrado este meu protesto contra a violência estadual, contra a violência nacional que se pratica contra aqueles que, desorganizadamente, não podem ainda fazer pressão em massa, para poder fazer valer os seus direitos.

É o caso dos pequenos proprietários agrícolas, que ainda não tiveram espaço nem tempo para se organizarem, para poder, pressionando o Estado e a União não perder a sua terra, não virar um bóia-fria, não virar mais um sem-terra acampado no Palácio ou em qualquer terra ou parte do Estado do Paraná. Trabalhadores que, brigando com os seus patrões, buscam guarida no seio da Justiça e não encontram, em contrapartida, encontram, como já disse, os seus temidos leais, para continuar fazendo com que o trabalhador continue a passar fome.

Muito Obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Esta Presidência registra, com satis-

fação, a presença do Sr. Mário Bittencourt de Oliveira, Presidente da Câmara de Ponta Grossa e dos Vereadores Roque Sponholz e João Bardal, bem como a presença do Presidente do PMDB de Rebouças, Vereador José Humes, Vereador Meira e companheiros do PMDB daquela cidade.

Concedo a palavra, no Horário das Lideranças, ao Partido Comunista Brasileiro. (Declina.)

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do Partido Democrático Social.

(Declina.)

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando licença para viajar ao exterior, em caráter diplomático e cultural, a convite do Governo Russo, pelo prazo de 15 dias. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Em virtude da aprovação do referido requerimento, os Srs. Deputados Anibal Khury e Hermas Brandão viajarão em missão oficial deste Poder, porém, sem custo nem ônus para a Assembléia Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 61/86, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro em Ribeirão Claro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 68/86, de autoria do Deputado IVAN DE AZEVEDO GUBERT, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SANTA RITA DE CÁSSIA, Lar Iracy Dantas de Andrade, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

72/86, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE COMUNICADORES DO REINO, com sede e foro em Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 145/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública o CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO "MADRE RAFAELA YBARRA", com sede e foro no município de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 188/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA INDEPENDÊNCIA", com sede e foro em Cornélio Procopio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 52/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 44/86), que objetiva introduzir alteração à Lei n. 7.827, de 29.12.83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização, no Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, e com PARECER E EMENDA FAVORÁVEIS DA C.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão o projeto e a emenda. Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda da Comissão de Agricultura. Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 76/86, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO AZUL DE PESQUISAS E ESTUDOS DA MENTE", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 79/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dispõe que as propagandas ou publicidades produzidas ou veiculadas pela Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, deverão ter, obrigatoriamente, a contratação de artistas paranaenses, quando necessário seu uso, no percentual de 80% (oitenta por cento) no mínimo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Para discutir) - Senhor Presidente, apenas para deixar registrado nos Anais deste Poder, que nós, durante os três anos e meio em

que atuamos neste Parlamento, nós tivemos, permanentemente, a preocupação de defendermos e de trabalharmos pela classe artística e cultural do Paraná. Temos, inclusive, projeto em tramitação, criando, neste Poder, a Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Paraná, projeto este que foi retirado, após aprovado em 2.^a discussão, por dez sessões e que se encontra engavetado há mais de cinquenta sessões.

É lamentável que a Assembléia, que é a Casa do Povo, que representa o povo, não tenha dado tramitação a este projeto criando a Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pois, presumimos que também esta é a Casa dos artistas, dos intelectuais, dos poetas, dos cronistas, dos teatrólogos de todo o Paraná.

É óbvio que este projeto é demagógico. Votaremos favoravelmente, mas, quero deixar o registro, porque, em uma oportunidade, a classe artística paranaense, convidou-nos, a mim e ao Deputado Tadeu Lúcio Machado, para um debate, junto à Associação dos Artistas Paranaenses, quando nós teríamos amplitude para debatermos os problemas dos artistas e dos intelectuais paranaenses e, para tristeza, minha e da categoria, o Deputado Tadeu Lúcio Machado fugiu do assunto.

Eu e a classe artística do Paraná recebemos entusiasmamente esse projeto e, esperando que não seja apenas mais uma lei para ser desrespeitada, seja uma lei para ser cumprida, embora pudesse ter sido melhorada, mais trabalhada, ou melhor trabalhada. Nós queremos deixar registrado que é lamentável que apenas em véspera de eleição, a Bancada do PMDB engavetou o projeto de criação da Assessoria Cultural, venha apresentar um projeto demagógico no intuito vão e sutil de conseguir votos que não conseguirá, porque a classe artística e cultural do Paraná sabe muito bem onde põe os pés e onde tem a cabeça. Por conseguinte, apesar de demagógico, nós registramos o nosso voto favorável, porque o artista, o intelectual paranaense deveria sim, receber, permanentemente deste poder o seu prestigiamento, e mais do que isto, os artistas e intelectuais paranaenses deveriam estar fazendo parte deste Poder, aqui trabalhando e aqui convivendo conosco, dando sua contribuição e sua colaboração para que este Poder fosse mais sério, mais competente e mais culto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continua em discussão o Projeto de Lei n. 79/86. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

88/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA LUZ E VERDADE", conforme específica. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 170/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 91/86), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N. 170/86

No PARÁGRAFO ÚNICO do Art. 4.^o, onde se lê:

"no Banco do Estado do Paraná S/A";
leia-se:

"no Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP".

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1986.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoiamento: Edmar Luiz Costa,

Odeni Mongruel,

Caíto Quintana e

José Antônio Fonseca.

E também requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando a retirada por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n. 170/86, que institui o FUNCITEC. Aprovado. Fica, portanto, retirada por 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei n. 170/86.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do Vereador Wilson Ramalho Mota, da Cidade de Uraí.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Simão Cachoeira, ocorrido no dia 05 de agosto do corrente ano, no Município de União da Vitória. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor José Bório, ocorrido no dia 24 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, en-

carecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga a Cidade de Tapira a Douradina, via Ouro Verde e Santa Felicidade. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado e aos Senhores Secretários da Administração e da Educação, encarecendo o estudo de uma nova lei, embasada nas Leis n. 7.208/79 e 8.247/86, que venha a beneficiar professores com tempo mínimo de dois anos, regendo aulas suplementares ou extraordinárias, até 15/10/79, sem a obrigatoriedade de estarem em exercício dessas aulas em 15/10/79, conforme justifica. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de saudades ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem do 10.º aniversário de sua morte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a destinação de materiais para o combate à erosão no Município de Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a destinação de recursos orçamentários, para a construção de uma ponte sobre o Rio Pocinho, ligando a referida localidade à propriedade São Francisco, Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o aumento da cota de combustível, para a delegacia de polícia do Município de Moreira Sales. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciárias, seja qualificado em Distrito Judiciário, o Distrito Administrativo de Ibiracema, do Município de Catanduvas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Osvaldo Alencar Furtado, com apoio dos demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República,

encarecendo seja reconhecido pelo Governo brasileiro, o Congresso Nacional Africano - CNA, como legítimo representante do povo sul-africano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo estudos técnicos financeiros, para a pavimentação asfáltica da BR-487, no trecho entre o Município de Ipiranga até a BR-160, Rodovia que liga o Município de Ivaí até a BR-373, na altura da localidade de Bom Jardim do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a imediata liberação de recursos para a construção de uma cancha esportiva no Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino de 1.º e 2.º Graus do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 145 e 188/85, 52, 76, 79 e 88/86.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 39, 84, 109 e 136/86.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10.ª LEGISLATURA - 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 13 dias do mês de agosto de hum mil, novecentos e oitenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa, Basílio Zanusso, Antonio Belinati, Trajano Bastos, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel e Orlando Pessuti. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Proposição n. 19/86 (Veto Parcial), oriunda do Poder Executivo - Ofício DTL/31/86, vetando parcialmente o Projeto de Lei n. 219/84, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 165/84 - Objetivando alterar a redação do Art. 27, da Lei n. 7055, de

04/12/78, bem como adotar outras providências com vistas a estabelecer condições para implantação, através do Instituto de Terras e Cartografia - ITC -, do "PLANO DE COLONIZAÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DE USO", em terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO pela apreciação do Veto. 02) Proposição n. 85/86 (Veto), oriunda do Poder Executivo - Ofício DTL/132/86, vetando o Projeto de Lei n. 128/85 de autoria do Deputado Nelson Bufara e outros, que cria sob forma de Fundação Universidade Estadual do Litoral e dá outras providências. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO pela apreciação do Veto. 03) Projeto de Lei n. 170/86, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 91/86, autorizando o Poder Executivo a instituir o Fundo de De-

envolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC, conforme especifica. Relator: Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 141/86, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a entidade "ABRIGO BOM PASTOR", com sede e foro no Município de Cornélio Procopio. Relator: Deputado Gilberto Carvalho, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. Deferido. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária da Comissão.

(aa) GILBERTO CARVALHO-Presidente
Lúcia M. da Veiga Segall-Secretária